

Iris Alagoense e Diário das Alagoas: os precursores do jornalismo impresso alagoano¹

Guilherme Lins dos SANTOS²

Naftali de Oliveira SILVA³

Magnolia Rejane Andrade dos SANTOS⁴

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

RESUMO

Alagoas teve seu primeiro jornal produzido e impresso em Maceió a partir de 17 de agosto de 1831, quando o *Iris Alagoense*, cuja tiragem era bissemanal, começou a ser distribuído. A publicação de jornais antes dessa época era proibida pelo Império. Em 1858, ainda no Período Imperial, surgiu, também em Maceió, o *Diário das Alagoas*, o primeiro jornal de circulação diária. A seguir, no presente artigo será exposto resultado de pesquisa sobre história dos dois jornais supracitados, os quais foram os pioneiros em suas categorias de veiculação de informações e acontecimentos, bem como de posicionamentos político-ideológicos. Há também, análise e descrição da trajetória de tais veículos de comunicação impressa.

PALAVRAS-CHAVE: Alagoas; Diário das Alagoas; história; Iris Alagoense; jornalismo impresso.

1 – Introdução

Houve em Alagoas, inicialmente, duas tentativas mal sucedidas de estabelecer a imprensa, em 6 de maio de 1822 e em 9 de fevereiro de 1826. Na primeira oportunidade, fora enviada solicitação por meio de ofício emitido pela Junta de Governo das Alagoas ao Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Reino, em Lisboa/Portugal. Já na segunda tentativa, a solicitação se deu por meio de proposta remetida ao Imperador D. Pedro I, depois de apresentada em sessão do Conselho do Governo da Província, pelo Vice-Presidente Miguel Veloso da Silveira Nóbrega de Vasconcelos. Contudo, só em 1831 Alagoas passou a contar com um jornal efetivamente impresso.

O presente artigo tem por base de pesquisa a história dos primeiros veículos de comunicação impressa do estado de Alagoas, quais sejam os jornais *Iris Alagoense*,

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Produzido no âmbito do grupo de pesquisa Comunicação e Significação (CNPq).

² Estudante de Graduação 8º. Semestre do Curso de Jornalismo do ICHCA-UFAL, e-mail: guilherme.lins@outlook.com.

³ Estudante de Graduação 8º. Semestre do Curso de Jornalismo do ICHCA-UFAL, e-mail: naftali_d@hotmail.com.

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo do ICHCA-UFAL, e-mail: magnoliasantos@hotmail.com.

editorial de “jornal político, literário e mercantil”. Contudo, a política foi o fator primordial de sua criação.

O jornal passou a ser impresso no estabelecimento gráfico chamado de *Typografia Patriótica*. Tal estabelecimento foi adquirido pela Sociedade Política Maceioense, no valor de 860\$905 rs. (oitocentos e sessenta mil e novecentos e cinco réis). As máquinas que compunham a *Typografia Patriótica* foram compradas no Recife ao comerciante João Batista Branco, por intermédio de Manoel Lôbo de Miranda Henrique, então presidente da Província das Alagoas.

O francês Adolphe Emile de Bois-Garin, antigo redator do periódico recifense *Espelho das Brasileiras*, havia sido contratado como administrador e único redator do jornal *Iris Alagoense*. Na época, como não havia tipógrafos em Alagoas, Bois-Garin trouxe em sua companhia, os patrícios Prosper Chenaux e Charles Viard, além do alemão Carl Eduard Muhlert. Como aprendizes, compunham a equipe os jovens Bartolomeu José de Carvalho e João Simplício da Silva Maia, moradores da então vila de Maceió.

Medindo 31,5 x 21,5 cm, apresentava-se em quatro páginas de papel almaço, em duas colunas de impressão, ostentando como epígrafe, um pensamento do filósofo francês Volney – Constatino Francisco de Chassebeuf, Conde de Volney (1757-1820): “A opinião pública, acometendo os reis mesmo sobre seus tronos os forçará a conter-se nos limites d’uma autoridade legal.” (IRIS ALAGOENSE, 1831, p. 1), e no rodapé da última página, o nome do estabelecimento gráfico onde era impresso, com o respectivo endereço: *Typografia Patriótica*, rua do Livramento, nº 3, de onde saía às quartas e sábados, custando sua assinatura, por semestre, 2\$000 rs. (dois mil réis) e a folha avulsa, \$80 rs. (oitenta réis).

Antes do *Íris Alagoense*, a publicação de jornais, em Alagoas, era proibida pelo Império. De acordo com Moacir Medeiros de Sant’Ana (1987), em sua obra *História da Imprensa em Alagoas*, mesmo causando temor aos interesses da colônia portuguesa no Brasil, a imprensa chegava em terras alagoanas com as características essenciais do jornalismo, relatando o inconformismo e criticando todas as formas de poder absoluto no estado.

Com o exemplar nº 50, de 18 de fevereiro de 1832, o *Iris Alagoense* suspendeu sua publicação, para surgir novamente no dia 22 daquele mês e ano, com um novo título: *O Federalista Alagoense*, que circulou até início de 1836.

A Sociedade Federal de Maceió, fundada em 1831 com a denominação de Sociedade Patriótica e Defensora da Independência, objetivando combater os portugueses e brasileiros absolutistas, tinha o seu jornal circulando com o nome de *Federalista Alagoense* (outrora *Iris Alagoense* – 17 de agosto de 1831), e no seu cabeçalho a divisa: “O governo do Império do Brasil será uma monarquia federativa” (O FEDERALISTA ALAGOENSE, 1832, p. 1).

Na noite de 23 de janeiro de 1832, Adolphe Emile de Bois-Garin quase foi assassinado por quatro indivíduos, um dos quais conseguiu feri-lo com um tiro de pistola, ao que parece a mando da parte de alguém que se julgara ofendido em correspondência estampada no periódico por ele administrado e redigido, ocorrência pelo próprio francês relatada no último número do *Iris Alagoense*:

O acontecimento funesto da noite de 23 de janeiro, sem diminuir o entusiasmo que me anima a favor do Liberalismo, sempre me deixou uma espécie de indecisão a respeito da linha de conduta que pelo futuro me era prudente adotar, a minoria da Sociedade desejava meu regresso, a acelerou a minha resignação do honroso cargo que me fora confiado, minha resolução era tomada e os preparativos de minha viagem eram feitos, quando vários membros da mesma que me julgaram sempre digno de contemplação dos Liberais, aprovando a doutrina política que professo, me manifestaram o desejo da maioria dos Patriotas de me ver permanecer nesta vila, e continuar a redigir o periódico da Província. No mesmo dia fui chamado pelo Sr. Presidente, que me tendo lido uma proposta feita pelo sobredito Conselheiro e aprovada depois de algumas modificações, me perguntou se, fiado na proteção da Sociedade quanto à minha segurança individual, eu me determinava a aceitar as condições propostas, redigindo a gazeta da Província e dirigindo os trabalhos tipográficos. Sensível às provas numerosas de estima e amizade que me manifestaram os membros presentes, mudei a minha determinação, decidi-me a não desamparar o meu posto, porquanto meus escritos merecessem a aprovação dos verdadeiros amantes da Liberdade.

Antes, porém, de continuar a publicação da *Iris Alagoense*, julgo de meu dever advertir aos assinantes a leitura deste periódico, que se eles examinarem com atenção os escritos que me são pessoais reconhecerão que nunca me desviei do fim que me tinha proposto, e refletindo que não convém um escritor liberal transigir com opiniões contrárias disfarçadas sob o véu especioso da Moderação – pregada com virulência – Obediência exigida por mandões que nunca souberam obedecer, e – Leis, que livres do freio salutar da imprensa, seus mesmos órgãos seriam os primeiros a violar, convencer-se-ão que é de absoluta necessidade refutar os sofismas manhosos de inimigos ocultos que entre nós residem, e luta com a energia e força de raciocínio que me obrigam os mesmos fingidos Liberais a reconhecer que nenhum proveito podem derivar de escritos insidiosos [...] (IRIS ALAGOENSE, 1832, p. 1 apud SANT’ANA, 1987, p. 22-23)

Ignacio Francisco da Fonseca Calaça Galvão, juiz de paz de Maceió, comunicou por meio de ofício dirigido ao Presidente da Província, em 24 de janeiro de 1832, que a mencionada tentativa de assassinato ocorrera às 8 horas da noite.

Quando quatro homens montados a cavalo chegaram à porta do redator da *Iris*, o francês Adolphe Emile de Bois-Garin e um deles o feriu com um tiro de pistola, isto é, com uma bala sobre o peito esquerdo e mais doze bagas de chumbo sobre o direito. (JUÍZES DE PAZ, 1832 apud SANT'ANA, 1987, p. 23)

Entretanto, o administrador e redator do primeiro periódico de Alagoas, voltou para Recife, e foi seguido pelo impressor Carl Muhler, temendo que houvesse novos ataques. O periódico passou então a ser composto e impresso por aqueles antigos aprendizes, e redigido pelo padre Afonso de Albuquerque Melo, primeiro jornalista alagoano, e por Félix José de Melo e Silva, advogado natural de Pernambuco.

Um dos substitutos do francês na redação do *Iris Alagoense*, o advogado pernambucano Félix José de Melo e Silva, alvo de frequentes ameaças, temendo ser assassinado, fugiu. O padre Francisco do Rego Baldaia, que em 1833 entrou para a redação de *O Federalista Alagoense*, seu amigo e correligionário de uma das sociedades políticas de Maceió, foi quem lhe facilitou a fuga para a Bahia.

Com a eleição da primeira Assembleia Legislativa (1835), surgem duas facções, a dos magistrados e a governamental, que se engalfinham em ataques pessoais e políticos, na imprensa – *O Provinciano* (1836) e o *Echo Alagoano* (1837).

O Provinciano era Órgão do partido dirigido pelos Magistrados. Terceiro periódico de publicação bissemanal, saía inicialmente às quartas-feiras e sábados, e depois às quartas e domingos, teve como Redator José Correia da Silva Titara. Sua gráfica era *Typografiado Provinciano*.

O *Echo Alagoano* era Órgão do Partido Governista. Periódico de publicação bissemanal, teve como seu redator José de Rego Barros, e como administrador João Simplício da Silva Maia.

2.2 – O primeiro jornalista

Afonso de Albuquerque Melo, natural da velha cidade das Alagoas, atual Marechal Deodoro, nasceu em 1802, e pertencia à família Calheiros de Melo, de Santa Luzia do Norte, cujos integrantes encontrava-se seu homônimo e avô, senhor do engenho *Água Clara*, situado na margem direita da Lagoa Mundaú.

Sua educação fora confiada a um tio, o cônego Antônio Gomes Coelho, falecido em 1827, mesmo ano em que Afonso de Albuquerque Melo foi ordenado presbítero e, a

seguir, designado coadjutor da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, na secular Cidade das Alagoas.

Em 1829, tornou-se representante da Câmara Municipal das Alagoas, ingressando na política provincial. Já em 1852 foi exclusivamente sacerdote, vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, das Alagoas. Tornou-se ainda cônego da Capela Imperial, Visitador da Diocese e Vigário Geral da Província das Alagoas. Por anos residiu em Atalaia, mas veio a falecer na antiga cidade das Alagoas, no dia 2 de junho de 1874, aos 72 anos de idade.

2.3 – O dois primeiros periódicos e suas especificidades

Iris Alagoense – “Jornal político, literário e mercantil”

Ano 1, nº 2, 17 de agosto de 1831

Primeiro nº: Data ignorada – Último: nº 50, 18 fev. 1832

Periodicidade: Bissemanal publicado às quartas-feiras e sábados

Gráfica: Typografia Patriótica, Rua do Livramento, nº 3

Epígrafe: “A opinião pública, acometendo os reis mesmo sobre seus tronos os forçará a conter-se nos limites d’uma autoridade legal”.

Outros dados: Apresentando-se com quatro páginas de duas colunas de impressão, esse periódico, órgão de *Sociedade Patriótica de Maceió*, teve como redator o francês Adolphe Emile de Bois-Garin, vindo do Recife.

O Federalista Alagoense – “Jornal político, literário e moral”

Primeiro nº: 22 de fevereiro de 1832 – Último: início de 1836

Periodicidade: Bissemanal, publicado às quartas-feiras e sábados

Gráfica: Typografia Federal, Rua do Comércio, nº 167

Epígrafe: “O Governo do Império do Brasil será uma Monarquia Federativa”. Projeto de Lei, de 13 out. 1831, § 1º

Outros dados: Órgão da Sociedade Federal de Maceió, substituiu o precedente, quando a *Sociedade Patriótica* abraçou o federalismo, igualmente se apresentando com quatro páginas de duas colunas. Até agosto de 1832 foi redigido pelo francês Bois-Garin, o mesmo do *Iris Alagoense*, mas daí em diante passou a ser redigido pelo padre Afonso de Albuquerque Melo e pelo advogado Félix José de Melo e Silva, este natural de Pernambuco e aquele de Alagoas e que foi, portanto, o primeiro jornalista alagoano. A tipografia esteve

em outros endereços: Rua da Boa Vista, nº 40; Rua da Matriz, nº 38, voltando, em 1836, para a Rua do Livramento, nº 3.

3 – Diário das Alagoas

3.1 – História

No Período Imperial, em 1858, surgiu o *Diário das Alagoas* na capital Maceió. Antes de seu aparecimento, o estado não possuía um jornal que tivesse publicação diariamente, toda a imprensa alagoana era periódica. Sendo assim, o dia 01 de março de 1858 é a data inicial da imprensa diária em Alagoas.

O *Diário das Alagoas* se alto denominava “jornal literário, comercial e noticioso” (DIARIO DAS ALAGOAS, 1858, p. 1) em sua primeira publicação. Era impresso na *Typographia Commercial, de Moraes & Costa*, localizada na Rua do Comércio de número 63, instalada lá para cuidar dos interesses provinciais livres da política.

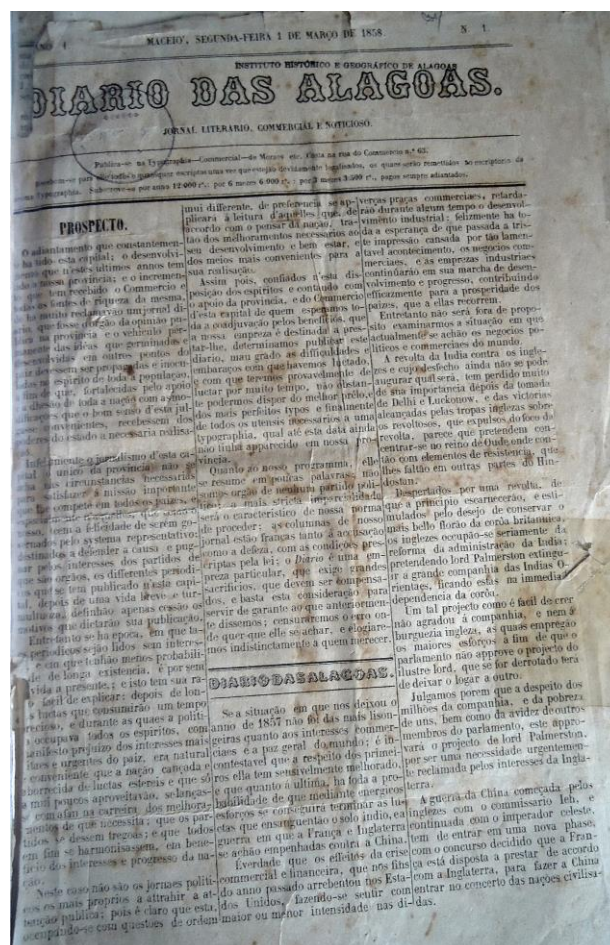


Imagem 2 – Capa da primeira edição do *Diário das Alagoas*

(1986: 483-484) Depois ocorreu uma mudança em relação ao número do local da tipografia, que foi modificado para 65 e posteriormente 67. Entre os meses de fevereiro e novembro do ano de 1859, ocorreu uma alteração na sua razão social para *Typographia Commercial, de A. J. da Costa*. Com a compra do jornal por padre Antônio José da Costa, que antes era sócio e passou a se tornar proprietário exclusivo do *Diario das Alagoas*. Celebrando assim, o contrato em 02 de novembro de 1959, alterando o anterior, que era de 19 de fevereiro do mesmo ano.

Um contrato firmado para a publicação do expediente do governo no periódico *Philangelho* por meio do secretário do Governo da Província de Alagoas, Dr. José Alexandrino Dias de Moura, e o administrador da *Typographia Constitucional*, Bartolomeu José de Carvalho, ficou decidido que “nenhum artigo ou correspondência se (deveria) imprimir na folha oficial sem que (fosse) pelo Secretário (de Governo) revista, a fim de prestar ou não o seu consentimento” (GALVÃO; ARAÚJO, 1871, p. 284, apud SANT’ANA, 1987, p. 85).

Em outro contrato muito parecido assinado no dia 2 de novembro de 1859, com o padre Antônio José da Costa, proprietário do *Diario das Alagoas*, a preocupação do governo com possíveis críticas foi bastante menor, tanto que ao proprietário foi solicitado somente “não admitir na folha publicações em termos descomedidos contra o governo geral e provincial e mesmo quaisquer escritos virulentos e impróprios de um jornal, em que se imprime o expediente da Província” (GALVÃO; ARAÚJO, 1871, p. 907, apud SANT’ANA, 1987, p. 85-86), restando apenas a cargo do contratante, a escolha da censura em relação às publicações a serem feitas em seu jornal.

Em 25 de junho 1860, ocorreu praticamente o mesmo desejo em um novo contrato assinado como mesmo periódico, em que “o contratante não (poderia) admitir nas colunas de seu jornal, escritos virulentos e artigos de lavra própria, ou provincial, excerto em publicações pedido e correspondências particulares, e neste caso em termos decentes” (CONTRATOS apud SANT’ANA, 1987, p. 86).

Mas no dia 29 de outubro do mesmo ano, um contrato idêntico, assinado com a tipografia do *Correio Oficial*, tornou mais intensa a censura, por meio da imposição do “contratante não (poder) admitir nas colunas do *Correio Oficial*, escritos virulentos, artigos de fundo, comunidades, correspondências ou transcrições que (contivessem) censuras ao

governo geral ou provincial” (GALVÃO; ARAÚJO, 1871, p. 700, apud SANT’ANA, 1987, p. 86). Só em 23 de setembro de 1870, dez anos depois, que a obrigatoriedade foi enfraquecida, pois no contrato com o *Diario das Alagoas*:

(ficou) ao contratante a faculdade de publicar nas colunas do mesmo *Diario*, quaisquer artigos sobre os atos do governo, contanto que fossem dados em termos moderados e decentes, e não (portassem) hostilidade ou qualquer empecilho à execução do ato analisado. (GALVÃO; ARAÚJO, 1871, p. 700, apud SANT’ANA, 1987, p. 86)

O *Diario das Alagoas* foi redigido pelo poeta, jornalista e escritor Inácio Joaquim Passos Júnior, que contribuiu com seus artigos políticos. Sendo idealizado como um jornal de características imparciais e notícias sérias observadas por todos os ângulos, bons ou maus, e decidido a elogiar ou criticar o que quer que fosse ou a quem quer que fosse. Esta neutralidade está presente no artigo de apresentação de sua primeira edição:

Quanto ao nosso programma, elle se resume em poucas palavras: não somos órgão de nenhum partido politico; a mais stricta imparcialidade será o caracteristico de nossa norma de proceder; as columnas do nosso jornal estão francas tanto á accusação como a defesa, com as condições prescriptas pela lei; o *Diario* é uma empresa particular, que exige muitos sacrificios, que devem ser compensados, e basta esta consideração para servir de garante ao que anteriormente dissemos; censuraremos o erro onde quer que elle se achar, e elogiaremos indistinctamente a quem merecer. (DIARIO DAS ALAGOAS, 1858, p. 1)

Contudo, esta imparcialidade foi descumprida após algum tempo, quando por questões políticas o *Diario das Alagoas* passou a defender os ideais do Partido Conservador.

Também divulgou o expediente e os atos do governo da Província, como órgão oficial, nas fases de 1859 a 1860, 1868 a 1873 e 1885 a 1889. Durante 35 anos o *Diario das Alagoas* publicou ininterruptamente, porém, no ano de 1892 houve suspensão de sua publicação, depois da morte de seu proprietário, o cônego Antônio José da Costa, no dia 20 de setembro de 1896, ocorrida em Maceió. Entretanto, passou a pertencer à empresa de *Gomes & Cia.*, dos integrantes Dr. Luiz de Mascarenhas e Manoel Gomes da Fonseca, retornando em sua segunda fase, de janeiro de 1907 a fevereiro de 1908.

No início da nova fase, de curta duração, teve como o diretor do jornal Antônio Guedes Nogueira, em seguida, Luiz de Mascarenhas assumiu a função, já nas últimas edições. Com essa nova administração, manteve a contagem dos anos de fundação do primeiro jornal.

Na Província, o *Diario das Alagoas* foi quem primeiro difundiu os debates legislativos da Assembleia Provincial, “Em 1870, no mês de dezembro, segundo Dias Cabral, a sua tiragem diária era de 550 exemplares” (SANT’ANA, 1987, p. 127).

O *Diario das Alagoas* comprou a primeira máquina impressora de cilindro (prelo mecânico) a funcionar em Alagoas, do jornal *Mercantil das Alagoas*, que saiu de circulação em 1868. Esse equipamento foi importado da Europa, pelo proprietário da *Typographia Imparcial Alagoana*, o senhor Boaventura José de Castro Azevedo. A máquina era da marca *Alanzaet*, de um famoso fabricante francês. A primeira publicação do *Diario das Alagoas* a ser impressa com o prelo mecânico foi em 16 de abril de 1871.

3.2 – Partido Conservador

O jornal *Diario das Alagoas* que antes era definido como imparcial, perdeu a sua neutralidade algum tempo depois, ao defender por fim, os interesses do Partido Conservador, que foi um partido político brasileiro do Período Imperial, surgido por volta de 1836, e que abarcava grandes proprietários rurais, ricos comerciantes e os altos funcionários do governo, sendo que a maior força política dos conservadores concentrava-se nas províncias do Nordeste. Teve por bandeira: “Trono, Constituição, Liberdade e Ordem”.

Com a divisão entre os membros do Partido Conservador, ocorrida em 1873, a publicação do expediente do governo da nossa então Província, que era feita no *Diario das Alagoas*, passou para o *Jornal das Alagoas*, em julho desse ano, e até o mês de janeiro de 1878, data da ascensão do Partido Liberal, com o Gabinete do Conselheiro Sinimbu, ali foi publicado.

3.3 – O proprietário

Antônio José da Costa foi proprietário e redator principal do *Diario das Alagoas*. Um homem religioso e muito audacioso, ele era cônego (padre). Craveiro Costa narrou um episódio, do qual o cônego faz parte, porém a data não tem registro por escrito, em que ficou evidenciada uma tentativa de amontoar confusamente (caracteres tipográficos) inutilizando a composição, ou seja, uma tentativa de empastelamento de seu jornal, descrição que não foram encontradas no Instituto Histórico Geográfico de Alagoas, todavia a narração segue abaixo:

Conta-se que certa vez foi o padre avisado de que a polícia tramava o empastelamento da tipografia, mencionando a comunicação o dia e a hora escolhidos para o atentado. O padre Costa deixou-se ficar sozinho no escritório da redação, de charuto aceso diante de um barril de pólvora, disposto a voar com a sua tipografia. A polícia teve conhecimento da atitude do padre e, sabendo-o capaz de realizar aquela suprema loucura, mudou de resolução. (COSTA, 1931, p. 108 apud SANT'ANA, 1987, p. 90)

Antônio José Costa Coligou: Compilação das Leis Provinciais de 1835 a 1867; Registro da 1ª sessão da 26ª Legislatura da Assembleia Provincial das Alagoas, em 18 de abril de 1886; Anais da Assembleia Constituinte do Estado de Alagoas, Instalada em 3 de Abril de 1891; Anais da Câmara dos Deputados do Estado de Alagoas na 1ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura em 1891/92 (Terceira da República); Anais do Congresso da Câmara dos Deputados, Maceió, 1891, 1892/93.

Antônio José da Costa faleceu em 20 de setembro de 1896. Na capital alagoana, há uma rua no bairro Bebedouro em homenagem ao cônego, Rua Cônego Costa, antiga Rua do Comércio, que é a principal rua do bairro e a mais movimentada ainda hoje, onde está localizada a maior parte das casas comerciais, além do histórico Colégio Bom Conselho.

3.4 – O redator-chefe

Jornalista, poeta e professor, profissões defendidas por Inácio Joaquim Passos Júnior (1811-1868), que era filho de Inácio Joaquim Passos e Matilde Leal, e ilustre filho de Penedo. Com a instalação da Tesouraria Provincial, tornou-se tesoureiro. Chegou a ocupar uma cadeira no cargo de Deputado Provincial, nas legislaturas 1835 a 1837, 1840 a 1841 e 1844 a 1845.

No ano de 1852, ao ser aprovado no concurso de Retórica e Poética, do Liceu Alagoano, tornou-se professor, obteve ainda, a cadeira de Filosofia, até o ano de 1861. Foi patrono da cadeira 36 da Academia Alagoana de Letras (AAL). Sua obra Poesias e Outras Obras Literárias (Maceió, Tipografia do Partido Liberal, 1869, 2 vls.) continha uma análise crítica, obra essa que foi organizada com iniciativa de Dias Cabral, mas, alguns dizem que teria sido organizada por seu filho Domingos Passos.

Como jornalista, além de redator-chefe e escritor de artigos políticos do *Diário das Alagoas*, colaborou também em alguns periódicos, em especial no *O Constitucional*, do qual foi redator-chefe, que era órgão do Partido Conservador, e no *O Empregado Público*,

no qual fazia artigos políticos. Deixando também antes de falecer, os esboços de um Dicionário Filosófico e Histórico de Penedo.

3.5 – Estrutura gráfica

Com relação à estrutura do *Diario das Alagoas*, que tinha sua impressão em quatro páginas, fica evidente com o passar das edições as mudanças que ocorreram. Logo a princípio, nas primeiras edições, como na do ano de 1858, ele era dividido em apenas três colunas.

Mais à frente, já nas edições de 1870, ele passou a ter cinco colunas, trazendo uma maior variedade de assuntos que vão desde as notícias diversas, literatura, loteria até as propagandas de chapéus. A formatação do texto também sofre mudanças, a partir de 1888 onde passa a ter uma variedade maior de fontes e onde alguns anúncios passaram a ser exibidos na posição vertical. Dessa mesma forma, os surgimentos de pequenas imagens, em formas de desenhos, passam a fazer parte da edição.

O *Diario das Alagoas* era um jornal também oferecido para assinantes, em que cada assinatura era realizada a cada seis meses, com encerramento sempre em junho ou dezembro e tendo seu pagamento realizado sempre de forma adiantada.

4 – Considerações Finais

Neste artigo houve a busca pelo repensar, redimensionar o papel dos veículos impressos em Alagoas, com uma contextualização histórica do primeiro jornal do estado – o *Iris Alagoense* – e do primeiro jornal de publicação diária – o *Diario das Alagoas* – nos seus espaços de tempo em funcionamento, destacando a sua estrutura diante da sociedade, em seus aspectos hierárquicos, éticos, políticos, legais e sociais, descrevendo os processos de seu amplo desenvolvimento e existência.

Por meio de recorte histórico e informacional, houve a constatação da disseminação das suas histórias, como sendo uma parte importante do estado de Alagoas, já que foram os primeiros jornais a serem publicados. Por conseguinte, houve a identificação de suas características, sejam elas, de necessidade e/ou viabilidade, referente aos seus interesses. Em suma, a prática da notícia pelos dois jornais, salvaguardando as peculiaridades de cada publicação e do meio à época, acaba por registrar fatos cotidianos e

históricos, contribuindo para as impressões de identidade dos alagoanos e de Alagoas marcados no tempo.

Referências

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **Abc das Alagoas**. Disponível em: <http://www.abcdasalagoas.com.br/public_html/>. Acesso em: 29 mai. 2016.

_____. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. (Tomo I, A – F). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005a.

_____. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. (Tomo II, G – Z). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005b.

BLOG DE CLAUDIO ALENCAR. **Iris Alagoense, o primeiro jornal de Alagoas**. Disponível em: <http://cassimirofarias.zip.net/arch2009-05-17_2009-05-23.html>. Acesso em: 28 mai. 2016.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Provincial Presidential Reports (1830-1930): Alagoas**. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>>. Acesso em 29 mai. 2016.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas – resumo didático**. Maceió: Sergasa – Serviços Gráficos de Alagoas, 1983.

DIARIO DAS ALAGOAS. Maceió, 01 de março de 1858, ano I, n.1. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

DIARIO DAS ALAGOAS. Maceió, 03 de janeiro de 1870, ano XIII, n.1. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

DIARIO DAS ALAGOAS. Maceió, 30 de junho de 1888, ano XXXI, n.150. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

IRIS ALAGOENSE. Maceió, 17 de agosto de 1831, ano I, n. 2. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

O FEDERALISTA ALAGOENSE. Maceió, 22 de fevereiro de 1832, ano I, n. 1. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **História da Imprensa em Alagoas (1831-1981)**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

_____. **Primórdios da imprensa em Alagoas**. Catálogo da Exposição de Jornais Alagoanos do Passado. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1981.